

Uma meta-arqueogenealogia da noção foucaultiana de monumento: constituição e implicações para os estudos discursivos¹

A meta-archaeogenealogy of the foucauldian notion of monument: constitution and
implications for discursive studies

Ana Carolina Neves Dias²
Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
anacarolinan123@gmail.com

Ana Paula El-Jaick³
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
anapaulaeljaick@gmail.com

RESUMO: A partir da identificação de uma lacuna em textos exegéticos que visam apresentar o conjunto teórico foucaultiano, qual seja, a ora inexistente ora brevíssima menção à noção de *monumento* tal como rascunhada pelo filósofo, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica com vistas a lhe dar maior inteligibilidade. Para tanto, em termos metodológicos, instrumentalizamos-nos de ferramentas conceituais elaboradas pelo próprio Foucault para catalogar, selecionar e analisar uma série de enunciados considerados pertinentes ao nosso problema, sejam produzidos por Foucault, sejam produzidos por alguns de seus contemporâneos, propondo, por assim dizer, uma *meta-arqueogenealogia* da noção de *monumento*. Como resultado desta investigação, apresentaremos as condições de emergência e de funcionamento da noção no seio da arqueogenealogia a que chegamos e que nos levaram à tese de que a ideia de *monumento* está na base da mudança metodológica de Foucault de uma perspectiva arqueológica para uma análise genealógica de enunciados. A partir de um exemplo recente na análise do discurso, sugerimos que a atenção à condição *monumental* do discurso pode ser um aspecto caro ao linguista, sobretudo nos termos da historicidade e das posições ideológicas que nossas práticas linguísticas materializam.

Palavras-chave: Michel Foucault; Arqueogenealogia; Discurso.

ABSTRACT: Starting from a gap identified in exegetical texts and manuals that propose to present Foucault's theories, that is, the non-existent or the very brief mention of the notion of monument as drafted by the philosopher, we intend to contribute to a better intelligibility of this concept by a bibliographical research. Therefore, we report an investigation into the conditions of emergence and functioning of this notion within the scope of archaeogenealogy proposed by the French philosopher, extracting fruitful contributions to language studies. To this aim, from a discursive perspective, we use conceptual tools developed by Foucault himself to catalogue, select and analyze a series of statements considered relevant

¹ Este trabalho busca apresentar, em versão reduzida, os resultados obtidos por uma pesquisa de mestrado.

² Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos. Mestra em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

³ Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense. Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

to our problem, both written by Foucault and by others thinkers. This proposal is a meta-archaeogenealogy of the notion of monument. Our research led us to the thesis that this idea underlies Foucault's methodological shift from an archaeological view to a genealogical analysis of statements. Based on a recent example in discourse analysis, we suggest that paying attention to the monumental condition of discourse can be a matter of particular importance to the linguist, especially in terms of the historicity and the ideological positions that our linguistic practices materialize.

Keywords: Michel Foucault; Archeogenealogy; Discourse.

Introdução

Este trabalho surge do interesse pelas contribuições da filosofia para os estudos da linguagem, haja vista que, antes do isolamento dessas disciplinas como áreas separadas, a filosofia já se ocupava da linguagem desde a Antiguidade, com estudos pelo menos em Lógica, Retórica e Gramática. Ao direcionarmos um rápido olhar para a linguística do século XX, vemos como esse movimento proposto é uma reaproximação um tanto forçada. Afinal, intencionando levar a linguística ao estatuto de ciência, Ferdinand de Saussure aparta a língua, seu objeto, dos “pontos de vista que se avizinhavam de questões da língua, como a psicologia, a história e a geografia, afirmando que tudo isso era secundário porque tinham mais a ver com a fala, e não com a língua” (Possenti, 2020, p. 52). Assim, a concepção saussuriana de língua como entidade abstrata compartilhada igualmente por uma sociedade implicou a renúncia ao estudo de suas ocorrências concretas produzidas por sujeitos particulares. Na mesma direção, já nos anos 1950, a hipótese gerativista do universalismo linguístico, refletida na busca da faculdade biológica interna a um falante-ouvinte ideal, também implicou a recusa do estudo dos desempenhos concretos de falantes e ouvintes reais, em uma dimensão sociocultural. Tais esforços teóricos nos mostram que um objeto homogêneo e global, seja um sistema compartilhado por toda uma comunidade, seja uma faculdade biológica em todos os seres humanos, só pode sê-lo às custas da escolha de uma face do fenômeno da língua(gem) em detrimento de outras igualmente existentes.

Tais escolhas preponderantes na linguística no século XX deixaram em segundo plano o que para nós é primordial: as condições materiais, políticas e culturais de determinados usos da língua(gem). Dessa forma, fazemos aqui um movimento diferente dos gestos saussuriano e chomskyano, bastante devedor da chamada “virada pragmática”, a qual evidenciou que o funcionamento ordinário da linguagem não poderia ser explicado em termos formais/estruturais; afinal, de um ponto de vista pragmático, os efeitos de sentido mobilizam aspectos culturais e situacionais, “extralinguísticos”, para além da estrutura e da forma da linguagem. A partir desse interesse pelos usos concretos da língua, em que linguístico e não linguístico se constituem mutuamente, surgem “tendências hifenizadas” (Marcuschi, 2008) nos estudos da linguagem, como a sociolinguística, a psicolinguística, a análise da conversa e a análise do discurso. Esta última nos interessa especialmente, uma vez que nos alinhamos à análise discursiva foucaultiana para desenvolvermos esta análise de cunho fundamentalmente bibliográfico.

Orientando-nos pela relação entre linguagem, história e poder, sem pressupor uma teoria única ou uma metodologia ortodoxa para entendê-la, mas, pelo contrário, invocando diálogos interdisciplinares, elegemos como objeto as contribuições do filósofo Michel Foucault para os estudos da linguagem, uma vez que seu pensamento, mesmo quando criticado, como no caso de Spivak⁴, se mostra (contemporaneamente) incontornável. Assim, escolhemos o livro *A arqueologia do saber* como objeto, pois, uma vez que explicita as ações realizadas para a análise da constituição de certas ciências humanas no eixo histórico, traz a reboque concepções de saber, de história, de discurso e de enunciado fundamentais para a Análise do Discurso. Afinal de contas, a *Arqueologia* é uma densa resposta às críticas recebidas por Foucault depois de apresentar os resultados de suas pesquisas em *História da loucura, Nascimento da clínica e As palavras e as coisas* — segundo seus detratores, sem qualquer método analítico.

Notamos já na introdução da *Arqueologia* uma oposição a qual parecia nuclear para a compreensão do projeto analítico foucaultiano, por surgir justamente em uma referência ao termo “arqueologia”, denominação da sua metodologia elaborada durante os anos 1960:

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a “memorizar” os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento (Foucault, 2007 [1969], p. 8, grifos do autor).

Conforme diagnostica Foucault, se antes os monumentos eram transformados em documentos, passa-se à transformação de documentos em monumentos. Se antes a arqueologia emprestava seus objetos para a elaboração histórica, a história passaria a emprestar seus objetos para a investigação arqueológica. A elevação desta a uma posição de destaque nos estudos históricos e a denominação pelo filósofo de sua análise discursiva como “arqueologia” nos levam à tese de que o francês busca estudar a história por monumentos. Mas o que isso quer dizer? Ao pesquisarmos “monumento” em textos exegéticos, não encontramos muitas ocorrências. Quando apareciam, eram comentários esparsos, sobretudo para explicar outros

⁴ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

conceitos considerados mais centrais – tanto assim que o termo não comparece como verbete nos vocabulários para compreensão de Foucault, como o *Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores*, de Edgardo de Castro (2016), e *Michel Foucault: conceitos essenciais*, de Judith Revel (2005).

Procuramos, pois, descobrir quais as condições de possibilidade do surgimento da noção de *monumento* nas teorizações de Foucault através do estudo de uma série enunciativa, entender seu papel na arqueogenealogia, e, por fim, explicitar, com um exemplo, como a noção pode ser cara aos estudos que se interessam pela dimensão histórica e ideológica das materialidades linguísticas. No próximo capítulo, apresentaremos, em linhas gerais, as ferramentas conceituais que nos ampararam nesta pesquisa.

A caixa de ferramentas conceituais de Michel Foucault

Para a leitura de *A arqueologia do saber*, é necessário introduzir-nos a algumas ideias foucaultianas. Começemos com sua visão de história, fulcral para entendermos como se orienta pela *descontinuidade*. Esta se torna nítida ao verificarmos que, pesquisando os discursos das ciências humanas em livros como *História da Loucura*, *Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*, Foucault não constata um desenvolvimento progressivo e coerente desses, mas séries de rupturas e de descontinuidades entre enunciados, objetos, conceitos e teorias. Tais dimensões foram estudadas pelo filósofo para averiguar a hipótese inicial de uma continuidade unificadora do discurso, mas Foucault conclui que não há uma coerência interna às disciplinas ao longo da história.

Tal concepção descontínua de história entra em conflito com conjuntos teóricos que produzem teleologias, isto é, narrativas históricas lineares, com fases bem-definidas e apresentando grande homogeneidade interna para um fim único. Exemplo disso são as historiografias que se utilizam de noções como “clima de opinião” e “espírito de época” para “contextualizar” seus problemas. Outro ponto que merece atenção é a maneira não linear e espiralada através da qual Foucault pensa seus próprios gestos analíticos, adequando-os às necessidades exigidas por seus interesses de pesquisa, ao invés de pressupor um conjunto prefixado de procedimentos. Tais adequações promovem três grandes eixos nos quais os comentadores costumam agrupar os trabalhos foucaultianos: arqueologia, genealogia e ética. Expliquemos, brevemente, essa divisão.

Foucault, ao longo dos anos 1960, dedica-se especialmente a três grandes projetos: ao estudo da crescente dominação da loucura pela razão, compreendendo desde as mudanças no estatuto da loucura e do louco ao aparecimento da noção de “doença mental”, em *História da loucura*; à investigação das condições para o surgimento da clínica moderna, em *Nascimento da clínica*; e à pesquisa das condições de possibilidade das ciências do homem, privilegiando os estudos da vida, da linguagem e das riquezas em diferentes “etapas” do pensamento ocidental, em *As palavras e as coisas*. Tais estudos são denominados “arqueologias”, ocupando-se sobretudo de aspectos discursivos, embora tenham mobilizado, em diferentes proporções, o não discursivo, dado que, em Foucault, o discursivo é determinado por regras estabelecidas a partir de aspectos relacionados a instituições e práticas.

Já a partir dos anos 1970, o filósofo privilegia o estudo de relações de poder e de práticas não discursivas. Contudo, analogamente ao que ocorria na arqueologia, em que Foucault, ao enfatizar o discurso, não desprezava as práticas não discursivas, nesta chamada “fase genealógica” o discursivo também não deixa de ser considerado; afinal, os discursos não apenas são engendrados, em parte, por regras estabelecidas entre discursivo e não discursivo, como também interferem na economia das práticas não discursivas, seja legitimando-as, reforçando-as ou contestando-as. Conforme Alfredo Veiga-Neto (2007), trabalhos característicos desse eixo são *Vigiar e punir*, que narra a prisão como invenção da modernidade que produz um determinado tipo de delinquente, e *História da sexualidade I: vontade de saber*, na qual se apresenta a tese de que a vontade de saber sobre a sexualidade tem papel crucial no controle do indivíduo e da sociedade.

No final dos anos 1970, Foucault inicia e avança significativamente no projeto de uma genealogia da ética do ser-consigo ao privilegiar a sexualidade como objeto; segundo ele, porque, em vez de rejeitada, como o são, por exemplo, loucura e doença, a sexualidade é uma necessária parte de cada sujeito.

Como nos interessamos por um conceito encontrado na explicação do método arqueológico, elegemos como eixos de trabalho a arqueologia e a genealogia. Passemos, então, por alguns conceitos pertinentes para tratar esse problema teórico, conceitual.

Algumas ferramentas arqueológicas

Conforme adiantamos na seção anterior, Foucault começa *A arqueologia do saber* explicando como seu trabalho de historiador (da loucura, da clínica, das ciências humanas) se

distancia das chamadas histórias das ideias feitas então na França. O filósofo desloca a atenção da história para os fenômenos de ruptura, em vez da homogeneidade calma de um passado único. Vemos aí a radicalidade de seu pensamento ao fazer tremer o solo tranquilo da tradição em benefício das transformações – que fazem sempre surgir outros novos fundamentos. Se nossa historiografia sempre privilegiou uma característica redutora de uma época, a história foucaultiana relata transformações. Essa forma de ver a história como irrupções de acontecimentos questiona nossas raízes epistemológicas ao desestabilizar o próprio saber científico como luta de poder, não como relato neutro de fatos apaziguados.

A crítica do *documento* feita por Foucault é fundante de outro método analítico para tratar materialidades discursivas como “livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.” (Foucault, 2007 [1969], p. 8). Sua história transforma *documentos* em *monumentos*, o que tem consequências profundas não apenas para os estudos das Humanidades, como, de uma maneira geral, para o modo de produzir conhecimento científico. Foucault opera uma reordenação na cronologia histórica: sua marcação da idade moderna, sua concepção de antiguidade marcam, a partir de então, a forma como os estudos clássicos passam a ler o mundo antigo. O filósofo reconta nossa história a partir de uma análise linguística que entende o discurso como luta de poder, como aquilo pelo que se luta.

O discurso, para Foucault, é um conjunto finito de enunciados efetivamente produzidos – não está no campo da possibilidade formal, mas da realização histórica. Então, não acontece isolado no vazio, mas sempre em relação a outros discursos. Assim, a pesquisa arqueológica não pode ser uma busca pelo discurso primeiro, fundante – menos pela impossibilidade dessa descoberta, e mais pela irrelevância dessa resposta. Nas palavras de Foucault, “[o] problema que se apresenta [...] é determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical pode formar” (Foucault, 2007 [1969], p. 12). O papel do analista é crucial para a própria execução da análise: seu gesto delinea formações discursivas que se relacionam tanto por aproximação quanto por diferença.

A menor unidade de investigação do analista do discurso é o enunciado. Este não se confunde com a unidade gramatical da frase, nem com a proposição dos lógicos, nem com os atos de fala dos pragmáticos. A enunciação não é a de Benveniste, pois não instaura subjetividades fundadoras de discursos. Trata-se de um acontecimento que irrompe na história. Por isso, o enunciado é essencialmente irrepitível, porque único naquele tempo/espaço. Ao mesmo tempo, ele não é irrepitível como um tropeçar de mãos sobre o teclado do computador: bb3nèor<Ve,1Xvnzx. O enunciado é repetível no sentido de que não precisamos ler todas as

páginas de todas as cópias impressas de *Don Quixote* de uma certa editora para termos certeza de que se trata da *mesma* obra. Então, o enunciado também é repetível – ainda que em sua irrepetibilidade intrínseca de acontecimento. Afinal, uma *mesma* frase tem efeitos de sentido diversos uma vez que proferida sempre em situações diversas, em tempos e espaços distintos.⁵ Em termos foucaultianos, o enunciado tem uma função enunciativa em seu campo relacional entre enunciados.

Se dissemos que a enunciação foucaultiana, ao contrário da de Benveniste, não instaura um *eu* e um *tu*, é porque, para esta análise discursiva, não se analisa o sujeito empírico que enuncia, já que este não é uma fonte privilegiada de verdade. É o enunciado que, antes, instaura uma posição sujeito tomada por aquele que fala. Conforme o arqueólogo, tal posição é uma função determinada, mas não necessariamente a mesma de um enunciado a outro, consistindo em “função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado; e na medida em que um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições” (Foucault, 2007 [1969], p. 105). Desse modo, no texto de um mesmo autor, é possível assinalar posições de sujeito distintas.

Também dissemos ser sem sentido uma busca pelo discurso primeiro, por algum discurso inaugural – como o verbo divino –, pois todo enunciado assim o é pela diferença que sua irrupção instaura com outro enunciado, reconhecendo-o então como tal. Disso se infere que os enunciados se regulam pelas semelhanças e dessemelhanças que implantam em seu acontecimento. Para Foucault, os enunciados estabelecem “campos associados” entre si, como uma rede sem um ponto fundamental que une todos os enunciados, por fios de múltiplas relações que ora se cruzam, ora se perdem. Nas palavras do filósofo, “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (Foucault, 2007 [1969], p. 112).

Essas relações são traçadas a partir da materialidade de uma série finita de enunciados, ainda que não se restrinja a ela. Afinal, se Foucault reivindica pela *monumentalidade* dos documentos, é porque devemos analisar criticamente os enunciados em sua historicidade difícil, em seu campo de batalha político, em sua repetida luta de poder. É neste ponto que

⁵ A genialidade de Jorge Luis Borges nos ajuda a entender a *irrepetibilidade repetível* do enunciado com seu conto “Pierre Menard, autor do Quixote”. O personagem Pierre Menard do título deseja reescrever Quixote — literalmente, letra por letra. Borges nos mostra que o absurdo dessa vontade não se dá apenas porque Menard não é Cervantes, mas sobretudo porque escrever Quixote quinhentos anos depois do próprio Quixote não será jamais o mesmo Dom Quixote — muito aconteceu, inclusive o próprio Quixote.

compreendemos a importância da ideia de “monumento” para Foucault: seu reconhecimento de que sua história discursiva arqueológica deve ser uma *genealogia* – sempre do discurso, mas entendendo-o agora como inerentemente político, dado seu cenário constitutivo de luta pelo poder que representa.

A concepção de uma história genealógica

A ideia de *genealogia* de Foucault é herdeira de *A genealogia da moral*, de F. Nietzsche. As três dissertações que compõem a obra nietzschiana inspiraram o filósofo francês para outro modo de ver a constituição das relações humanas. Em seu texto *Nietzsche, a genealogia e a história* (1971), Foucault explica dois conceitos, *proveniência* e *emergência*, os quais norteiam a genealogia. A *proveniência*, “longe de ser uma categoria da semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes” (Foucault, 2010 [1971], p. 20). Essa ideia materializa uma concepção descontínua de história, pois trata-se de buscar não a homogeneidade, mas a diferença naquilo que supostamente seria “do mesmo”, ressaltando multiplicidades onde geralmente se espera homogeneidade. Tal movimento já despontava em *Arqueologia do Saber*, mas ganha contornos mais explícitos no texto sobre Nietzsche. Por seu turno, a *emergência* é “lugar de afrontamento”, no sentido de que as irrupções de acontecimentos se dão a partir de jogos de força. Através dessa noção, entende-se que, ao longo da história, múltiplos afrontamentos, com diferentes resultados, provocaram a emergência de umas ou outras verdades, isto é, em coerência com a proveniência como a marca das distinções, a imagem dos jogos de força sugere que, além de descontínua, a história não se orienta por uma lógica cartesiana, mas conhece “rapinas” e “astúcias”.

Assim, na passagem à genealogia, a história continua sendo contada transformando *documentos* em *monumentos*, o que deve ser feito investigando-se as condições de *emergência* que fizeram com que um enunciado fosse reconhecido no espaço do verdadeiro, enquanto a outros tenha sido reservada a marca da falsidade. Seguindo Nietzsche (um dos “mestres da suspeita”, além de Marx e de Freud), Foucault crava a adaga da dúvida na nossa epistemologia: se a própria linguagem não é neutra, mas fruto de disputa, de luta política, então, para uma concepção genealógica de história, considerando a *proveniência* e a *emergência*, o discurso que se diz verdadeiro é tão hipotético quanto aquele dito falso. Nossas verdades são discursos que se querem verdadeiros, o que implica considerar outros falsos.

A história é ressignificada: toda história é um gesto político do historiador – que tem o direito privilegiado de falar. Se a história é feita de discursos, e todo discurso é político, então nossas histórias, nossos saberes, nossas verdades são políticas. Os próprios historiadores lutam entre si para estabelecer *a melhor* história – o que, é claro, fruto de uma escolha, ela própria, politicamente enviesada. Trata-se de um regime de exclusão de discursos, um sistema de controle da palavra que vem desde a Grécia antiga, quando Sócrates e Platão enxotaram os sofistas com a pecha de mercenários antiéticos (Foucault, 1996 [1970], p. 46).

Então, se as próprias disciplinas que assim se institucionalizam são aquelas que, em sua produção, “venceram” a disputa entre outras teorias e se consolidaram como um corpo doutrinário legítimo, a análise arqueogenealógica também deve levar em conta a *emergência* dos enunciados não apenas como fruto de um contexto situacional dado, mas em sua raridade, na rarefação que faz com que aquela enunciação fosse proferida, e não outra em seu lugar. Mais uma vez ressaltamos a diferença metodológica foucaultiana em relação à história das ideias então em voga na França: na descontinuidade discursiva, não há um “espírito de época” unificador, mas guerras, disputas, arsenais discursivos em convulsão.

A análise da *emergência* dos discursos é, também, uma análise das instituições de discurso, mas “desconstruindo” a autoridade apriorística em geral reivindicada para si. É uma análise do enunciado em sua condição de acontecimento – também na descontinuidade dos acontecimentos. Voltamos àquele nó atado um tanto frouxamente pelo próprio Foucault: discursivo e não discursivo estão para sempre entrelaçados na medida em que são as condições históricas que possibilitam determinado discurso, e não outro.

Com toda essa revolução epistemológica operada por Foucault, é possível compreender a crítica raivosa despertada em seus pares. De fato, a análise discursiva proposta por ele mina qualquer anterioridade constitutiva à própria análise. São as regularidades discursivas reconhecidas pelo analista que vão fazer surgir arquivos passíveis de serem analisados. Essas séries só podem ser agrupadas em arquivo a partir de uma regularidade também ela pragmaticamente construída e continuada.

A análise, como a história, não é linear, não tem uma finalidade em si mesma, o que não é sinônimo de falta de rigor. O trabalho do historiador é brutal, porque não só escava documentos, mas forma arquivos regulares também em sua descontinuidade constitutiva. Não é tarefa do historiador aplainar as contradições, mas dar a vê-las. O analista do discurso tem a responsabilidade ética de ser sensível à história. A seguir, apresentaremos uma série enunciativa elaborada com vistas a compreender o funcionamento e as contribuições da noção de monumento nos escritos foucaultianos. Sabendo que o “método” foucaultiano consiste em um

conjunto de princípios a serem considerados, são especialmente caras ao nosso trabalho a noção de *campo associado*, de que os enunciados devem sua existência às relações com outros, e a de *emergência*, segundo a qual as irrupções históricas devem-se a afrontamentos.

Uma análise enunciativa

Foucault vê sua própria filosofia como uma caixa de ferramentas a ser usada conforme a necessidade imposta pela matéria a ser investigada. Não há objetos já dados, se a linguagem é uma imposição violenta ao mundo. Não há, por exemplo, “a loucura” anterior aos discursos que a fazem assim: loucura. Por isso, é preciso examinar as regras de formação dos objetos como uma análise discursiva. Foi assim que Foucault fez, por exemplo, na *História da loucura*: uma arqueologia dos enunciados que construíram o objeto “loucura”, desvelando a espessura discursiva, o acúmulo que acabou por formar um discurso sobre o louco. Em nosso caso, considerar-se-á modos pelos quais enunciados podem constituir uns aos outros em torno das polêmicas sobre o método arqueológico foucaultiano.

A partir de *Ciência e saber, a trajetória da arqueologia de Foucault*, de Roberto Machado, descobrimos que “[a] interpretação da arqueologia como estudo de monumentos aparece pela primeira vez no artigo de G. Canguilhem sobre *Les mots et les choses*” (Machado, 1982, p. 171). Trata-se do texto *Morte do homem ou esgotamento do cogito*, de 1967. Investigando a bibliografia foucaultiana, notamos, ainda, que o termo *monumento* havia sido empregado, além de na *Arqueologia do saber*, na resposta dada por Foucault ao Círculo de Epistemologia, e também em *Resposta a uma questão*, ambas de 1968. Assim, estabelecemos uma série enunciativa composta por excertos de *Morte do homem ou esgotamento do cogito* (2012 [1967]); *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia* (2000 [1968]); *Resposta a uma questão* (2010 [1968]); e *A arqueologia do saber* (2007 [1969]). Embora estes textos tenham sido nossos catalisadores iniciais, em suas margens, condicionando a consolidação do conceito em Foucault, encontram-se, no mínimo, a resposta de Jean Paul Sartre ao número 30 da revista *L’Arc*, os enunciados de Martial Guérault sobre seu método estrutural em história da filosofia e, enunciados de Lucien Febvre sobre o trabalho do historiador.

A resposta de Sartre ao número 30 da revista *L’arc* é fundamental para entendermos as condições de possibilidade dos enunciados de Canguilhem que nos interessam. Dedicada ao existencialista, a edição refere-se às reflexões sobre o homem e a consciência – objetos de Sartre

– como páginas viradas, superadas pelo então novo interesse pelas estruturas e os sistemas. Sartre reage nos termos abaixo:

O arqueólogo é alguém que pesquisa os traços de uma civilização desaparecida para tentar reconstruí-la. Ele estuda um estilo que foi concebido e colocado em marcha pelos homens. Esse estilo pôde impor-se em seguida como uma situação natural, para assumir a aparência de um dado. Ele não é menos que o resultado de uma práxis da qual a arqueologia retraça o desenvolvimento. O que Foucault nos apresenta é, como bem notou Kanters, uma geologia: a série de camadas sucessivas que formam nosso “solo”. Cada uma dessas camadas define as condições de possibilidade de um certo tipo de pensamento que triunfou durante um certo período. Mas Foucault não nos diz o que seria o mais interessante: a saber, como cada pensamento é construído a partir dessas condições, nem como os homens passam de um pensamento a outro. Para tanto, seria necessário a ele fazer intervir a práxis, logo, a história, e é precisamente isso que Foucault recusa (Sartre, 1966, p. 1).

No fragmento, Sartre oferece sua definição de *arqueologia* visando deslegitimar o método de Foucault. Para o existencialista, uma arqueologia reconstrói um “estilo” que passou a ser tomado como dado ou natural em uma civilização. Nessa tarefa, seria contemplado o desenvolvimento da práxis que consolidou e reproduziu esse estilo até que este assumisse a aparência de um dado. Para Sartre, então, a análise foucaultiana escaparia ao escopo de uma arqueologia, já que, em vez de reconstruir o estilo no desenrolar de uma prática, buscaria a série de camadas sucessivas desses dados aparentemente naturais. Então, como não explica nem a práxis – a atividade humana na constituição de um solo –, Foucault estaria apagando a história e aproximando-se de uma geologia, pois esta é que se ocupa de aspectos naturais. Em resumo, Sartre atribui a Foucault definições de metodologia e objeto que julgava mais convenientes assumindo uma posição de sujeito afetada pelo que entende ser uma agressão à história.

Vejamos, a seguir, o desdobramento do comentário de Sartre como condição de existência para a sequência enunciativa em que Canguilhem utiliza o termo *monumento* para referir-se ao objeto de estudo foucaultiano:

o que Foucault tenta trazer novamente à luz não é o análogo de uma camada da crosta terrestre que aparece através de um fenômeno natural de ruptura e de desmoronamento, mas um ‘desnívelamento da cultura ocidental’, isto é, expressamente, um ‘limiar’. *A despeito da utilização, pela geografia e pela ecologia, do termo habitat, o homem habita uma cultura, não um planeta. A geologia conhece sedimentos e a arqueologia, monumentos.* Compreende-se facilmente, assim, por que aqueles que depreciam, para defender os direitos da história – dialética ou não – o *método estrutural* (supondo-se que exista um método propriamente dito), se obstinam em querer substituir arqueologia por geologia. É para melhor apoiar a pretensão de representar o humanismo que os anima. Fazer de Foucault uma espécie de geólogo é o mesmo que dizer que ele naturaliza a cultura retirando-lhe a história.

Os propagadores do existencialismo poderão então taxá-lo de positivista, a injúria suprema (Canguilhem, 2012 [1967], p. 11).

Observamos que “geologia” e “sedimentos” aparecem na resposta do existencialista à *L’Arc* e no comentário de Canguilhem, no ano seguinte. Alternativamente a “arqueologia” e a “monumentos”, constituem com esses o núcleo a partir do qual o embate encontra eco e incremento nas formulações do orientador de Foucault. Como observador do conflito entre o arqueólogo e o existencialista, diagnosticando que os “propagadores do existencialismo” queriam encerrar Foucault em uma naturalização da cultura, Canguilhem toma partido. Atribui a Sartre o que considerava ser-lhe mais ajustado, isto é, como objetivo, a defesa do humanismo – um dos aspectos filosóficos contra os quais o arqueólogo se insurge – e, como estratégia, o ataque ao método estrutural, cuja própria existência é colocada em suspenso.

Em que pesem proposições que, por um lado, contestam e, por outro, defendem a legitimidade do método foucaultiano, é preciso acompanhar o que Foucault disse sobre sua atividade: “Não estou à procura desse primeiro momento solene a partir do qual, por exemplo, toda a matemática ocidental foi possível. [...] São sempre começos relativos que procuro, antes instaurações ou transformações do que fundamentos, fundações” (Foucault, 2000 [1969], p. 145-146). Assim, nem a origem fundamental suposta pelo prefixo “*arché*”, nem a profundidade suposta pela escavação são perseguidas. Então, a ideia de que Foucault se ocupa de “sedimentos naturais” torna-se inadequada, pois o sedimentar supõe camadas “amontoadas” verticalmente, ao passo que, em 1966, o arqueólogo já dizia que não se ocupava de “um certo estado de conhecimentos, sedimentado no curso das idades precedentes e servindo de solo aos progressos mais ou menos desiguais ou rápidos da racionalidade” (Foucault, 1999 [1966], p. 218-219). Se os começos são “relativos” e as relações analisadas estão na superfície, o que Sartre chama de “camada”, supondo um olhar orientado pela escavação, não daria conta da “episteme” foucaultiana.

Canguilhem propõe uma aproximação mais bem-sucedida ao sugerir a ideia de que a Foucault interessa o “limiar”. Isso pois, em *Sobre as maneiras de escrever a história* (2000 [1967]), Foucault diz buscar as linhas de clivagem que separam um solo epistemológico do anterior e do subsequente: “definir a época clássica em sua configuração própria pela dupla diferença que a opõe ao século XVI, por um lado, e ao século XIX, por outro (...) fazer surgir, sob cada uma de nossas fases, a diferença que nos separa dela” (Foucault, 2000 [1967], p. 76).

Quanto à acusação de não ter considerado a *práxis*, se o livro de 1966 dedicou-se a discursos teóricos de forma desvinculada das práticas sociais, em compensação, nos livros

precedentes, também arqueológicos, são fundamentais as condições do saber no nível das práticas não discursivas. Em *História da Loucura*, além de não terem sido analisados apenas enunciados médicos, descobriu-se que estes desempenharam um papel ínfimo nas decisões pertinentes à população desarrazoada. Logo, a ideia de que a arqueologia desconsidera as práticas deve-se à redução da arqueologia a apenas uma de suas modalidades.

Nessa rede de enunciados, há outro nó. Ao afirmar que Foucault tinha como objeto não *sedimentos* de uma *natureza*, como acreditava Sartre, mas *monumentos* de uma *cultura*, e ao apontar o ataque ao *método estrutural* como um pano de fundo da crítica sartriana, Canguilhem parece remeter ao *método estrutural* em história da filosofia elaborado por Martial Guérout, filósofo contemporâneo a Foucault, que empregou sua própria noção de *monumento*. Vejamos como ela aparece em seu trabalho intelectual.

O ensejo para a utilização gueroultiana de *monumento* parte do conflito que constitui a história da filosofia, sua área de estudo. Conforme Guérout, cada época tem modos próprios de se relacionar com o seu passado a partir do que considera essencial ao homem. Então, se por um lado a história e o essencial são sinônimos – já que só este tem lugar na história –, por outro, não há critérios para determinar o essencial senão os da época à qual o historiador se acha submetido. No caso da história da filosofia, Guérout sugere que o dilema epistêmico é ainda maior, dada a intersecção entre história – contingente, mutável – e filosofia – atemporal. Assim, a relação entre história e filosofia parece paralela àquela entre diacronia e sistema, em termos excludentes. Guérout ultrapassa tal antítese.

O historiador da filosofia distingue história horizontal de história vertical da filosofia. Na primeira, privilegia-se a passagem de uma doutrina filosófica a outra. Já a história vertical busca uma “significação filosófica profunda”, a análise das doutrinas uma a uma e em si mesmas. Mas, mesmo nessa história vertical, há heterogeneidade. Uma de suas modalidades volta-se para a significação profunda do texto filosófico através do método da biografia, analisando vida e obra do autor, o significado sendo determinado por uma *Weltanschauung* em que a obra “nada cria, mas se contenta em traduzir uma intenção já pronta” (Guérout, 2015 [1970], p. 163). Alternativamente, Guérout propõe o “método das estruturas”, o segundo tipo de história vertical. Acreditando que o método das fontes e da biografia se esquiva da filosofia ao buscar uma profundidade para além da materialidade da obra, Guérout inverte a assimetria entre obra filosófica e *Weltanschauung*. Para ele, não são a genialidade do artista ou uma visão de mundo degradadas pela obra, mas a “grandiosidade do *monumento* que atesta a grandiosidade do artista e que, como Michelângelo, o assusta e o esmaga, fazendo-o sentir, por contraste, a pequenez do homem quando este é reduzido a si mesmo, fora de sua criação”

(Guérout, 2015 [1970], p. 163). Assim, a obra filosófica é concebida como um mundo de conceitos, não uma parte da visão de mundo.

A menção de Canguilhem a um conceito de Guérout no método estrutural para caracterizar o objeto da arqueologia pode dever-se a uma importante afinidade entre tais perspectivas: a crítica à história contínua e às estratégias para estabelecê-la. Mas Foucault faz histórias de discursos diversos, não se restringindo ao filosófico, como Guérout. Além disso, apesar de, como Guérout, criticar a história contínua/horizontal, orientada pela visão de mundo ou espírito de época, Foucault não defende uma imanência do documento. Para historicizar os discursos, ele parte do estudo dos documentos como *monumentos* no sentido de que eles podem ser desmontados, examinados criticamente, inter-relacionados, ter seus modos de constituição descritos.

Continuamos nossa reflexão com o texto *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia* (2000 [1968]), dirigido a epistemólogos, em que Foucault assinala dever a noção de *monumento* a Canguilhem. Veja-se o emprego do conceito:

Chamarei de *arquivo* não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*. *Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los não absolutamente como documentos (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como monumentos; é – fora de qualquer metáfora geológica, sem nenhum assinalamento de origem, sem o menor gesto na direção do começo de uma archè – fazer o que poderíamos chamar, conforme os direitos lúdicos da etimologia, de alguma coisa como uma arqueologia* (Foucault, 2000 [1968], p. 95, grifos nossos).

Aqui o arqueólogo explicita que se ocupa do discurso no elemento do arquivo, o qual não consiste nem em um acumulado de textos ou traços herdados do passado nem em uma instituição que os acolhe. O arquivo contempla a existência dos enunciados duplamente como acontecimentos e como coisas. Tratar os enunciados como acontecimentos é mostrar como há ruptura em tudo o que é dito. Concreto, o enunciado pode ser, então, manejado como uma coisa. Mas não uma coisa a ser atravessada por uma interpretação “correta”; antes, ele perde a transparência com que é lido como documento/prova pelos historiadores tradicionais, para ser percebido em sua espessura material.

Já em *Resposta a uma questão* (2010 [1968]), Foucault diz fazer uma história dos discursos, e não do espírito, explicando que busca determinar o que é possível dizer, as formas de conservação do que se diz, as formas da memória, as formas da reativação e da apropriação:

“é sobre esse fundo que se destacam as análises que comecei; é para ele que se dirigem” (Foucault, 2010 [1968], p. 10). Esse fundo não deve ser algo anterior ou “por baixo”, mas a sustentação dos enunciados nos termos das regras que os ensejam. Atendo-nos ao uso de *monumento* nesse texto, temos o seguinte: “tratar o discurso passado não como um tema para um *comentário*, mas como um *monumento* a descrever em sua disposição própria” (Foucault, 2010 [1968], p. 11). Não se trata de realizar uma exegese, mas de explicitar as condições nas quais aquilo que foi dito pôde sê-lo: não há um “por trás” ou um não dito sob o dito a ser descoberto.

Em 1969, Foucault sistematiza seu método em *A arqueologia do saber*. Situando os estudos históricos, seja na história propriamente dita, seja nas histórias do pensamento, ele indica que o estabelecimento tanto de longos períodos quanto de rupturas são efeitos superficiais da mudança na crítica do documento. A história tradicional “se dispunha a ‘memorizar’ os monumentos do passado, transformá-los em documentos e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem” (Foucault, 2007 [1969], p. 8). Há aqui uma alusão à seguinte passagem de Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o mel, na falta das flores habituais [...]. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, *para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens* [...]? (Febvre, 1953 [1949] apud Le Goff 1990 [1988], p. 541, grifos nossos).

Tais enunciados compõem o campo de coexistência daqueles formulados por Foucault. Aqui, propõe-se a memorização dos monumentos, sua passagem a documentos. Por uma mudança epistemológica, conforme o arqueólogo, a história passou a transformar documentos em monumentos e a desdobrar “onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos” (Foucault, 2007 [1969], p. 8).

Para entender essa mutação, recorreremos a Jacques Le Goff (1988), em *Documento/Monumento*. Le Goff ensina que o *documento* relaciona-se à ciência histórica e à escolha do historiador. Mas graças ao estatuto de *prova* delegado pelo positivismo, o termo ganhou *status* de objetividade, provocando o efeito de verdade do discurso histórico. Já o monumento diria respeito à memória coletiva, à herança do passado legada pela ação de forças

conscientes ou não que operam sobre determinado material. O termo tenderia a se especializar, conforme o autor, ora no sentido de obra comemorativa, construtos arquitetônicos ou esculturais; ora naqueles produzidos em ocasião de morte, como perpetuação da memória. Outro detalhe é que, diferentemente de documentos, monumentos escapariam à modalidade escrita.

Mas tais noções não se mantêm intactas. O fragmento de Febvre acima reproduzido constitui parte de um movimento de ampliação do conceito de documento. Tendo em vista a necessidade de se construir memória mesmo sem documentos escritos, a historiografia passava a buscar outras marcas que sinalizassem a presença do homem e seus modos de vida como matéria-prima para a narrativa histórica. Logo, o que não cabia na definição de documento pôde vir a valer como tal pelo jogo da necessidade. De acordo com Le Goff, essa transformação do monumento em documento precede uma revolução documental, a transformação dos documentos em monumentos. Com a ampliação dos primeiros, há um aumento exponencial nas fontes históricas, impondo-se ao historiador o desafio de trabalhar as séries, e não apenas recebê-las de antemão, como dadas. O documento é transformado, assim, em monumento, porque não há documento que não seja monumento: sua permanência ou esquecimento têm ligação com o poder – mesmo sua escolha pelo historiador é ação do poder.

Como o monumento se mostra não apenas como materialidade a ser considerada em sua sistematicidade, mas também como imbuído de intencionalidade e, logo, manipulado pelo poder, a proposição de uma genealogia com ênfase nos poderes pode ser uma exigência do discurso-monumento como duplamente sistematicidade e poder, eis aqui nossa hipótese diante do estudo desta série enunciativa que propôs compreender a constituição da noção foucaultiana de monumento. Concorrem para corroborar essa tese o incômodo expresso por Foucault com os rumos de suas análises arqueológicas, que se ocuparam mais de sistematicidade do que de poder (Foucault, 2010 [1977], p. 4), e a coexistência de gestos metodológicos preocupados duplamente com a sistematicidade e com o poder, ambos característicos do monumento, após a fase arqueológica.

Considerações finais

No que concerne às contribuições da noção de monumento, tal como rascunhada por Foucault, para os estudos da linguagem, à guisa de exemplo, analisei, em minha dissertação de mestrado, uma tese de doutorado recentemente defendida em *Análise de Discurso*. Meu

objetivo não foi criticar esse trabalho, mas mostrar como a ideia de discurso como “monumento” teria o potencial de enriquecê-lo. Trata-se do trabalho de Hulda Gomides Oliveira (2019), intitulado *Liberdade de expressão em democracias: discursos e sujeitos em redes de comunicação*. Recorto um momento específico do texto, quando Oliveira discute a noção de “politicamente correto” utilizando-se do discurso autorizado de Sírio Possenti, Roberto Leiser Baronas, José Luiz Fiorin e Jean-Jacques Courtine. O trecho selecionado é o seguinte:

Possenti e Baronas (2006) apontam que a textualização do politicamente correto funciona segundo uma *concepção transparente de língua e aposta na evidência dos sentidos das palavras*, acabando por *instituir uma espécie de “língua de madeira”*, ao defender que o *uso de uma palavra gera necessariamente determinado sentido, e como efeito negativo “se constitui num discurso totalitário”* (2006, p. 02), o qual, por fim, regra o que é ou não aceitável de ser dito (Gomides, 2022, p. 67, grifos meus).

Em minha dissertação, concluí que Oliveira comenta o diagnóstico feito por Possenti e Baronas sobre a bandeira do “politicamente correto” de uma maneira documental, sem examinar por que esses linguistas enunciaram o texto conforme o enunciaram em 2006. Em uma análise orientada pela perspectiva de discurso como monumento, Oliveira poderia sublinhar que, naquela situação, os autores criticavam a militância pelo politicamente correto mostrando como esse combate contra uma variedade de língua tachada como “incorreta” se baseava em uma concepção ingênua de que a língua fosse transparente, como se os sentidos linguísticos estivessem gravados na pele do significante. Na leitura documental de Oliveira, desconsiderou-se que, treze anos depois, em 2019, um julgamento daqueles fazia parte, agora, de outro campo associado, com um funcionamento discursivo semelhante ao de discursos totalitários de extrema direita, como tentarei explicar a seguir.

Em 2006, a vigilância dos “politicamente corretos” era muito cerrada, não faltando brigas ferrenhas pelo banimento de expressões cuja etimologia revelava nosso racismo, nosso machismo estrutural. O “discurso totalitário” apontado pelos comentadores, naquele momento, queria discutir uma intolerância interna, que ocorria mesmo entre pessoas que defendiam os direitos humanos, que concordavam com uma bandeira antirracista. Os linguistas apenas chamavam a atenção para o fato de que muitas vezes havia um mal-entendido por parte destes ativistas sobre o próprio funcionamento da linguagem; uma ignorância por não reconhecer que a língua muda constantemente, de modo que os efeitos de sentido de uma expressão linguística, passados séculos, podem não mais corresponder à sua etimologia. Em 2006, os linguistas

criticavam essa crença dos “politicamente corretos” de que o uso da linguagem pudesse ser cerceado por ferramentas, como leis. Os estudiosos da linguagem queriam mostrar que, apesar de a defesa pelo politicamente parecer radicalmente progressista em suas pautas, ela acabava sendo extremamente conservadora do ponto de vista linguístico ao acreditar que a um nome x haveria um objeto correspondente y . Possenti e Baronas, como analistas do discurso, diziam que essa perspectiva de linguagem que a defesa pelo politicamente correto acabava por pressupor é, linguisticamente, bastante tradicionalista, uma vez que está na base de posicionamentos linguísticos formalistas, logicistas, matemáticos.

Treze anos depois, em 2019, ano da defesa da tese de Oliveira, o Brasil vivia um quadro político inimaginável em 2006. Com uma extrema direita velhaca e tacanha no poder, outros nós discursivos foram dados, outras regularidades poderiam ser reconhecidas, outras formações discursivas irrompem. Esses fundamentalistas, dizendo-se “patriotas”, ridicularizam os defensores do “politicamente correto” sob o argumento de que estes mais dividem o país do que compõem uma unidade nacional. A extrema direita pensa sob a seguinte lógica: se um sujeito pensa de modo diferente de minha cartilha conservadora, logo, é “comunista”. Assim, testemunha-se uma formação discursiva tradicionalista que condena todos os tipos de defesas a minorias com o argumento de que, antes de alguém se declarar, por exemplo, negro, deve se dizer *brasileiro*. As continuidades discursivas não são por acaso: tentando reacender uma guerra-fria longínqua, reaviva-se uma guerra absurda contra alguma “internacional comunista”. Mais: para direitistas extremados, reivindicar a abolição de expressões como “samba do crioulo doido”, “a coisa está preta”, “criado-mudo”, “mulata” é uma bobagem, é *mimimi* (provocativa onomatopeia com a qual satirizam uma reivindicação, ao contrário do que pregam, legítima).

Com esse exemplo, quis mostrar como a perspectiva de discurso como monumento pode contribuir para os estudos da linguagem, sobretudo para análises discursivas. Além da importância teórica para as pesquisas foucaultianas, em que “monumento” pode ser visto como a chave de transição da fase arqueológica para a genealógica, o discurso como monumento também pode ser uma ferramenta metodológica fundante de uma historiografia linguística como genealogia. Afinal, monumentalizar o discurso nos lembra que uma análise linguística genealógica deve compreender a linguagem como arena que é da vontade de verdade, logo, de jogos de poder históricos – contingentes, descontínuos, sempre em devir.

Referências

- CANGUILHEM, Georges. **Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?** Tradução Fábio Ferreira de Almeida. Goiânia: Edições Ricochete, 2012 [1967].
- CASTRO, Edgardo de. **Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores.** 2. ed. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** 3. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996 [1970].
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas.** 8. ed. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999 [1966].
- FOUCAULT, Michel. Michel Foucault explica seu último livro. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1969], p.145-152.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. In: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1968] p. 82-118.
- FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a história. In: **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento.** Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1967], p. 62-77.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1969].
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder.** Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010 [1971].
- FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: **Repensar a política.** Ditos & Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [1968], p.1-24.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder.** Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010 [1977], p. 1-14.
- GUÉROULT, Martial. O método em história da filosofia. **Revista Sképsis**, v. 12, 2015 [1970], p. 160-170.
- LE GOFF, Jacques. Monumento/Documento. In: **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990 [1988].
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Foucault.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. A. Breve excursão sobre a Linguística no Século XX. In: **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. Tradução Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

OLIVEIRA, Hulda Gomes de. **Liberdade de expressão em democracias**: discursos e sujeitos em redes de comunicação. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11301>. Acesso em: 18 nov. 2022.

POSSENTI, Sírio. Estudos Linguísticos, humor, política e ensino de Língua. **Heterotópica**. Diálogos transversais: discurso, política e verdade. Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 51-60, 18 jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/HTP-v2n1-2020-55561>

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin; Nilton Milanez; Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SARTRE, Jean- Paul. Jean-Paul Sartre répond. In: PINGAUD, B. (org.). **L’Arc**: Jean-Paul Sartre, n. 30, 1966. Disponível em: http://www.pileface.com/sollers/IMG/pdf/Sartre_repond_in_Arc.pdf. Acesso em: out. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Michel Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Recebido em: 31 de agosto de 2025
Aceito em: 26 de fevereiro de 2026